

Investigando a Igualdade de Gênero: Uma Análise Comparativa da Participação Econômica das Mulheres em Diferentes Países e Caminhos para o Progresso

Investigating Gender Equality: A Comparative Analysis of Economic Participation of Women Across Countries and Pathways for Progress

Fernanda Cigainski Lisbinski¹
Heloisa Lee Burnquist²

Resumo: Este artigo traz uma análise comparativa da participação econômica das mulheres em diferentes países, tendo como base um Índice de Participação Econômica da Mulher (IPEM). Foi possível estabelecer um ranking com os maiores e menores indicadores de participação econômica das mulheres por meio de análise fatorial, revelando que os países com os maiores indicadores de participação feminina na economia, como Austrália, Nova Zelândia e Canadá, são nações desenvolvidas com políticas voltadas para a equidade de gênero, o que aparentemente explica o maior envolvimento das mulheres na economia. No outro extremo, países como o Sudão, Essuatíni e Guiné-Bissau apresentaram os menores valores do IPEM, indicando que maiores barreiras e desafios, como falta de infraestrutura, recursos limitados, sistemas educacionais precários e normas culturais restritivas, prejudicam o desempenho econômico das mulheres. A análise permite evidenciar, portanto, que a adoção de medidas para promover a igualdade de gênero e superar barreiras, como a reforma das leis discriminatórias e a proteção dos direitos das mulheres no contexto econômico são cruciais para alcançar maior equidade econômica. A cooperação entre governos, setor privado e organizações internacionais parece ser importante condicionante para garantir a igualdade de gênero, construindo uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera.

Palavras-chave: Empoderamento Feminino; Índice de Participação Econômica da Mulher; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5; Direitos da Mulher; Análise Fatorial.

Abstract: This article presents a comparative analysis of women's economic participation in different countries, based on a Women's Economic Participation Index (WEPI). It was possible to establish a ranking with the highest and lowest indicators of women's economic participation by means of factor analysis, revealing that countries with the highest indicators of female participation in the economy, such as Australia, New Zealand and Canada, are developed nations with policies aimed at gender equity, which apparently explains the greater involvement of women in the economy. On the other hand, countries such as Sudan, Swaziland and Guinea-Bissau showed the lowest WEPI values, indicating that greater barriers and challenges, such as lack of infrastructure, limited resources, poor educational systems and restrictive cultural norms, harm women's economic performance. The analysis therefore shows that the adoption of measures to promote gender equality and overcome barriers, such as the reform of discriminatory laws and the protection of women's rights in the economic context, are crucial to achieve greater economic equity. Cooperation between governments, the private sector and international organizations seems to be an important condition for ensuring gender equality, building a more just, inclusive and prosperous society.

¹ Doutoranda em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. E-mail: fernanda.lisbinski@usp.br

² Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. E-mail: hlburnqu@usp.br

Key words: Women's Empowerment; Women's Economic Participation Index; Sustainable Development Goals (SDGs) 5; Women's Rights; Factor Analysis.

Classificação JEL: J16; K38; O1.

Área 5: Crescimento econômico e desenvolvimento regional

1 Introdução

É essencial que todos os membros da sociedade tenham acesso aos benefícios do desenvolvimento. A desigualdade que afeta particularmente as mulheres pode ter graves consequências econômicas e limitar a realização de objetivos de desenvolvimento sustentável. Esta verdade foi refletida nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados por todos os Estados Membros das Nações Unidas em 2015, incluindo o ODS 5, que tem como objetivo "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

A verdadeira medida do progresso é a capacitação das mulheres, e a promoção do emprego para essas é uma questão crucial para isso. De fato, a falta de oportunidades de emprego para as mulheres não apenas afeta negativamente seu padrão de vida, mas também pode aumentar sua dependência em relação aos homens, além de diminuir sua autonomia e segurança (SEN, 1989). Existe uma diferença notável na forma como homens e mulheres gastam seus ganhos. Enquanto os homens tendem a utilizar seu dinheiro para diversos fins, as mulheres direcionam seus ganhos quase que exclusivamente para o bem-estar de suas famílias, sobretudo em relação às crianças. Além disso, a saúde e educação das mães estão diretamente relacionadas à sobrevivência e qualidade de vida dos seus filhos (BUVINIĆ; GUPTA, 1997; DUFLO, 2012).

Apesar das iniciativas de capacitação das mulheres, elas ainda enfrentam obstáculos para ter acesso a recursos em comparação com os homens. Em muitas sociedades, as mulheres não possuem total independência econômica e são vistas como dependentes dos homens. Como resultado, muitas vezes não são incluídas no planejamento econômico e providas para suas necessidades (BIROLI, 2018; KLASSEN; LAMANNA, 2009). As mulheres frequentemente trabalham em casa e nos campos para produzir alimentos e outras culturas para sustentar seus parceiros, que estão empregados ou envolvidos em diferentes atividades produtivas. Nas áreas rurais e urbanas de baixa renda, as mulheres são responsáveis por todas as tarefas domésticas e, muitas vezes, também são agricultoras e comerciantes. Além disso, elas são responsáveis pelos cuidados das crianças, idosos e doentes e desempenham funções sociais importantes dentro de suas comunidades (SLAVCHEVSKA; KAARIA; TAIVALMAA, 2016; NYATARA; CHIWESHE; MAHIYA, 2019).

Assim, a participação da mulher na economia se dá das mais diferentes formas, mesmo que, muitas vezes, isso ocorra indiretamente. Apesar disso, frequentemente, essa participação não é remunerada ou acompanhada de direitos que possam lhe garantir o acesso à segurança, à saúde, à autonomia, à qualidade de vida, ou seja, à dignidade da pessoa humana, estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (KABEER, 2012). Nesse contexto, constata-se que a participação da mulher na economia, seja como trabalhadora remunerada, ou como empreendedora ou líder, muitas vezes é prejudicada por uma série de fatores, tais como aspectos culturais arraigados na sociedade e leis que não as incluem de maneira adequada, resultando em sua marginalização no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Isso representa um desafio importante a ser enfrentado, uma vez que a participação ativa e efetiva das mulheres na economia é essencial para o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero e o progresso social (CORREA, 2022).

Do ponto de vista econômico, a desigualdade de gênero apresenta impacto significativo na oferta de trabalho, nos salários, na produtividade e no crescimento econômico. A

desigualdade de gênero reduz a oferta de trabalho feminino, o que diminui a produção de bens e serviços. Além disso, a desigualdade de gênero também pode levar a desigualdades salariais entre homens e mulheres, comumente com as mulheres ganhando menos que os homens, mesmo quando trabalham nas mesmas condições. Isso tende a limitar o acesso das mulheres a recursos e oportunidades econômicas, o que reduz ainda mais a produtividade.

É importante ressaltar que uma economia se torna mais robusta, dinâmica e resiliente quando todas as pessoas, independentemente do gênero, contribuem e participam de forma igualitária. Em contrapartida, quando as leis não protegem as mulheres da violência ou da discriminação no local de trabalho, ou limitam suas opiniões, há um prejuízo à economia, uma vez que talentos, conhecimentos e habilidades valiosos são subutilizados. Por consequência, economias que limitam a participação das mulheres deixam de atingir todo o seu potencial (THE WORLD BANK, 2023). Verifica-se que diversos países desenvolvidos possuem programas direcionados para a igualdade de gênero, tendo como exemplo as medidas adotadas pela Suécia, as quais incluem licença parental igualitária, igualdade salarial, meta para aumento de representação política, acesso à educação, combate à violência de gênero e políticas de diversidade e inclusão no local de trabalho (SWEDISH GENDER EQUALITY AGENCY, 2023).

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação econômica das mulheres em diferentes países por meio de um indicador de participação econômica da mulher, discutindo e propondo reformas em leis discriminatórias. Como objetivos específicos tem-se: a apresentação de uma breve reflexão sobre a inclusão das mulheres na economia, destacando a evolução ao longo do tempo, os desafios e impactos socioeconômicos desse processo; a criação de um índice a partir da metodologia de análise fatorial e método de componentes principais, que permita identificar quais são os países com maior e menor grau de participação econômica da mulher; e por fim, realizar uma análise geral dos desafios e estratégias a serem adotadas para diminuir a desigualdade de gênero e aumentar o empoderamento da mulher, a partir das metas do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5). Para isso, utilizou-se como metodologia a análise fatorial e de componentes principais, construindo-se um indicador denominado como Índice de Participação Econômica da Mulher (IPEM), o qual possibilitou a comparação e ranking de países quanto à participação relativa da mulher na economia.

A escolha do tema se deve ao fato de que atualmente há um esforço coletivo para aumentar o grau de independência das mulheres, concedendo maiores poderes políticos, sociais e econômicos a elas. De acordo com a Organização da Nações Unidas – ONU (2022), os direitos, prioridades e necessidades de mulheres e meninas têm sido negligenciados em vários aspectos, dentre eles, destacam-se a falta de adequação ao atendimento das mulheres que sofrem em decorrências de fenômenos climáticos e guerras e conflitos, a desigualdade salarial, a maior dificuldade de uma mulher integrar um cargo de gestão organizacional, a pequena parcela de mulheres que ocupam cargos públicos e cargos internacionais de representação política, a dificuldade de crédito, entre outros. Nesse contexto, há necessidade de todos os governos, adotarem mecanismos que reforcem a representação de mulheres, incluindo mulheres jovens em parlamentos nacionais, em sistemas nacionais de igualdade de gênero, em municípios e em instituições (ONU, 2022). Diante disso, ressalta-se que as mulheres devem fazer parte dos espaços de tomada de decisão, de maneira significativa e sem barreiras.

Este estudo é importante por motivar discussões sobre o tema que levem à identificação de maneiras para garantir direitos iguais às mulheres, incluindo o acesso ao mercado de trabalho, à terra e à propriedade, à saúde sexual e reprodutiva e à tecnologia. Embora atualmente, o número de mulheres em cargos públicos seja o mais elevado em termos históricos, promover a expansão contínua de mulheres em cargos de liderança, aumenta a probabilidade de incremento na igualdade de gênero. Segundo a ONU (2023), apesar da evolução progressiva

no combate da discriminação de gênero, o alto grau de violência e exploração sexual de mulheres, a divisão desigual do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico, bem como a discriminação em cargos públicos continuam sendo entraves frequentes a tal expansão.

Ressalta-se ademais que a presente pesquisa visa não apenas abordar a participação feminina no âmbito econômico, mas igualmente apresentar evidências para o fato de que em países onde este direito é cerceado, outros direitos das mulheres também são prejudicados. Este trabalho busca, portanto, minimizar ou eliminar a desigualdade de gênero que existe hoje. Além disso, o objetivo é reduzir gradualmente a disparidade entre os gêneros. Diante disso, este estudo está organizado em cinco seções. A primeira seção é composta por essa introdução, e tem como objetivo contextualizar o tema abordado. Na segunda seção, discute-se a inclusão das mulheres na economia: avanços, desafios e impactos socioeconômicos. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados encontrados, propondo reformas nas leis discriminatórias à luz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5). Finalmente, a seção cinco traz as conclusões do estudo realizado.

2. A Inclusão das Mulheres na Economia: Avanços, Desafios e Impactos Socioeconômicos

A participação das mulheres na economia tem sido uma questão discutida há séculos em todo o mundo. Historicamente, as mulheres eram excluídas das atividades econômicas formais e tinham participação restrita ao papel de cuidadoras e trabalhadoras domésticas não remuneradas. Durante a Revolução Industrial, as mulheres foram progressivamente envolvidas no trabalho fabril, mas recebiam salários mais baixos e tinham menores oportunidades de avançar em suas carreiras em comparação com seus colegas do gênero masculino (BLAU; KAHN, 2017).

Nos últimos anos, no entanto, houve um aumento significativo na participação feminina na economia em todo o mundo, impulsionado por mudanças nas leis e políticas relacionadas ao trabalho e igualdade de gênero. Por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1979, foi um marco importante na promoção dos direitos das mulheres no local de trabalho e na economia em geral (OOSTENDORP, 2009).

Ao longo dos anos, surgiram outras políticas e leis importantes, incluindo a igualdade salarial, a proibição da discriminação salarial com base no gênero, e o direito à licença-maternidade e paternidade, que permite aos pais tirar tempo do trabalho para cuidar de seus filhos recém-nascidos. Em muitos países, a educação também se tornou mais acessível às mulheres, permitindo-lhes adquirir as habilidades necessárias para entrar em setores tradicionalmente dominados por homens (ALY, 2017).

É importante ressaltar que as políticas mencionadas não são, no entanto, adotadas uniformemente em todo o mundo, e mesmo dentro de cada país pode haver variações na sua implementação. Assim, em países desenvolvidos como a Suécia, por exemplo, logo após a Segunda Grande Guerra, as mulheres foram incentivadas a buscar educação e carreiras profissionais, sendo que a igualdade salarial entre homens e mulheres foi estabelecida por lei em 1951. A licença-maternidade remunerada e outras políticas de bem-estar social foram introduzidas para apoiar as mulheres que trabalhavam e tinham filhos. Durante os anos 1960 e 1970, a Suécia foi líder na promoção da igualdade de gênero e das políticas sociais voltadas para as mulheres (MELBY; CARLSSON WETTERBERG, 2009).

Já em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, por exemplo, foi na década de 1930, que a legislação trabalhista brasileira iniciou a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, com regulamentações que proibiam a discriminação de gênero no acesso ao trabalho e na remuneração. No entanto, apenas em 1988, as mulheres foram incluídas como sujeitos de

direitos e cidadãs plenas, conquistando mais espaço e reconhecimento em todas as esferas sociais, inclusive na economia (DEL PRIORE, 2007). Em países subdesenvolvidos, como Guiné-Bissau, por exemplo, as mulheres enfrentam muitas barreiras para participar da economia. De acordo com o relatório "*Women, Business and the Law, 2021*" do *World Bank*, as mulheres em Guiné-Bissau enfrentam discriminação de gênero em várias áreas, incluindo acesso à justiça e à propriedade, segundo a lei do país. O relatório "*The Woman in Numbers: Guinea-Bissau 2019*" da ONU mulheres, aponta que as mulheres em Guiné-Bissau estão sub-representadas em cargos de liderança política e empresarial, o que afeta sua capacidade de influenciar políticas e decisões econômicas (UNICEF, 2019).

Assim, tem-se observado que países que adotam políticas voltadas à inclusão da mulher na economia, no parlamento, em cargos de lideranças e em empreendimentos, apresentam um cenário econômico desenvolvido, pois a participação das mulheres na economia traz benefícios sociais e econômicos significativos. Quando as mulheres têm acesso igualitário a oportunidades de emprego, educação e liderança, elas podem contribuir mais plenamente para o crescimento econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Além disso, a inclusão das mulheres nas atividades econômicas formais pode levar a uma maior igualdade salarial e a uma melhoria na qualidade de vida das famílias e comunidades em geral. É importante destacar que a promoção da igualdade de gênero não se trata apenas de um imperativo moral, mas também de uma necessidade econômica para alcançar um desenvolvimento justo e equitativo (MALHOTRA et al, 2005; SEGUINO; WERE, 2014; KABEER, 2021).

Nesse contexto, destaca-se que a inclusão da mulher na economia está intimamente ligada à equidade de gênero, pois é uma maneira de assegurar que mulheres e homens tenham acesso igualitário a oportunidades econômicas e recursos. Assim, cada vez mais novas medidas vão surgindo com o objetivo de atingir a equidade de gênero. Diante disso, um dos principais objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especificamente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 5 visa: "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2023). A proposta é acabar com toda a forma de discriminação contra mulheres e meninas, reconhecendo que este não se trata apenas de um direito humano básico, mas é algo crucial para um futuro sustentável, tendo em vista que o empoderamento de mulheres e meninas contribui significativamente para o crescimento e desenvolvimento econômico (PNUD, 2023). Portanto, a inclusão da mulher na economia é uma das medidas necessárias para alcançar o ODS 5 e, por sua vez, promover o desenvolvimento sustentável e justo para todas as pessoas.

No entanto, destaca-se que este é um grande desafio, considerando o cenário mundial atual. Segundo Benería, Berik e Floro (2015), apesar dos avanços presenciados ao longo dos anos, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados para alcançar a igualdade de gênero na economia em todo o mundo. Assim, muitas mulheres continuam a enfrentar discriminação no local de trabalho, incluindo menor remuneração e menos oportunidades de avançar em suas carreiras. Além disso, as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho de cuidado não remunerado, o que limita seu tempo e recursos para investir em suas carreiras e contribui para manter, senão aumentar a lacuna de gênero na economia.

Portanto, a participação das mulheres na economia tem sido discutida há séculos em todo o mundo. Ao longo da história, as mulheres eram excluídas das atividades econômicas formais e eram restritas ao papel de cuidadoras e trabalhadoras domésticas não remuneradas. No entanto, nos últimos anos, houve um aumento significativo na participação das mulheres na economia global, impulsionado por mudanças em leis e políticas relacionadas ao trabalho e à igualdade de gênero. A promoção da igualdade de gênero na economia não é apenas um imperativo moral, mas também um passo necessário para alcançar um desenvolvimento justo e equitativo. Políticas voltadas para a inclusão das mulheres na economia, em posições de

liderança e no empreendedorismo, podem levar a benefícios econômicos e sociais para indivíduos, famílias e comunidades.

3. Metodologia

Esta seção expõe a metodologia empregada. Inicialmente, são abordados e analisados os princípios estatísticos para a formulação do IPEM. Em seguida, são descritos os dados empregados, juntamente com sua fonte, bem como o processo de seleção da amostra.

3.1 Fundamentos Estatísticos do IPEM

Para captar o grau de participação econômica das mulheres nos países analisados, utilizou-se um conjunto amplo de variáveis. Considerando isso, optou-se por utilizar a análise fatorial, um método estatístico usado para identificar e medir os fatores subjacentes latentes responsáveis pelas correlações observadas entre um conjunto de variáveis. O objetivo da análise fatorial é reduzir a dimensionalidade de um conjunto de dados, identificando um número menor de fatores que podem explicar a maior parte da variação nos dados. Assim, a partir de um grupo de variáveis escolhidas para compor o modelo, a combinação de informações ocorre por meio de fatores ou componentes principais (HAIR Jr. et al, 2009). Os componentes principais são criados usando combinações lineares das variáveis originais e representam a estrutura subjacente dos dados. Diante disso, para explicar o modelo de análise fatorial, este estudo faz uso do método dos componentes principais, que realiza a extração dos fatores não correlacionados, maximizando a contribuição destes para a variância comum (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Um modelo de análise fatorial é dado pela seguinte equação (MINGOTI, 2005):

$$X_i = \alpha_{ij}F_j + \varepsilon_i \quad (1)$$

em que, $X_i = (X_1, X_2, X_3 \dots, X_p)^t$ é um vetor transposto de variáveis aleatórias observáveis; α_{ij} = uma matriz ($p \times m$) de coeficientes fixos denominada de cargas fatoriais, que descrevem o relacionamento linear de X_i ; $F_j = (F_1, F_2, \dots, F_p)$ é um vetor transposto com ($m < p$) variáveis latentes que descrevem os elementos não observáveis da amostra utilizada; $\varepsilon_i = (\varepsilon_1, \varepsilon_2, \dots, \varepsilon_p)$ representa um vetor transposto de erros aleatórios, que consistem nos erros de medição e da variação que não se explica pelos fatores comuns. Considerando que as variáveis que compõem o indicador apresentam escalas diferentes e que a análise de componentes principais visa a maximização da variância, esta pode ser sensível às diferentes escalas, o que pode prejudicar os resultados alcançados pela análise de componentes. Para resolver tal problema faz-se necessário padronizar as variáveis, fazendo com que os dados sejam expressos em unidades de medidas comparáveis (LATTIN, 2011). Tal procedimento pode ser dado pela seguinte equação:

$$Z_i = \frac{(X_i - \bar{X})}{S}, i = 1, 2, 3 \dots, n \quad (2)$$

em que, Z_i = a variável padronizada; X_i = a variável a ser padronizada; \bar{X} = a média aritmética da variável X ; S = o desvio padrão amostral da variável X . Com a padronização das variáveis observáveis X_i , estas podem ser substituídas por um vetor de variáveis padronizada Z_i , o que resolve o problema de diferença nas unidades de escala.

O próximo passo é a identificação do número de fatores adequados para compor o modelo. Para isso, utiliza-se a medida chamada de *eigenvalue* ou comumente conhecida como raízes características, as quais expressam a variância total explicada por cada fator observado.

A determinação do número de fatores necessários e que representarão o conjunto de dados é definido pela Regra de Kaiser, que recomenda a utilização daqueles componentes principais cujas raízes características apresentem valores maiores que um (LATTIN, 2011).

Visando a facilitação da interpretação destes fatores, realiza-se a rotação ortogonal pelo método *varimax*, a qual constrói uma estrutura simples com base na estrutura das colunas da matriz de cargas fatoriais, promovendo a maximização da variância do fator (HAIR et al., 2009).

Segundo Mingoti (2005), os escores fatoriais são aqueles valores referentes a cada observação da amostra e situam-nas no espaço dos fatores comuns, representado por:

$$F_j = \sum_{i=1}^k b_i X_{ij}, \text{ com } i = 1, 2, \dots, p \quad (3)$$

onde, F_j = aos escores fatoriais; b_i = aos coeficientes da regressão que representam os pesos de ponderação das variáveis X_{ij} no fator F_j ; X_{ij} = aos valores das variáveis para o k -ésimo elemento que compõe a amostra.

No que tange especificamente ao IPEM, os resultados são padronizados na forma:

$$IPEM_p = \frac{IPEM_{ant} - IPEM_{min}}{IPEM_{máx} - IPEM_{min}} \quad (5)$$

em que os valores individuais de $IPEM_p$ se referem ao novo score do j -ésimo fator do i -ésimo país; $IPEM_{ant}$ é o score do j -ésimo fator do i -ésimo país antes da ponderação; $IPEM_{min}$ é o menor valor do score entre os países; $IPEM_{máx}$ é o maior valor entre os países. Assim, os resultados são ajustados para apresentarem valores entre 0 a 1.

Dessa forma, o Índice de Participação Econômica da Mulher ($IPEM_p$) pode ser dado, segundo Mingoti (2005), pela seguinte expressão:

$$IPEM_p = \sum_{i=1}^p \left(\frac{\sigma^2 i}{\sum_{i=1}^p \sigma^2 i} F_{ip} \right) \quad (4)$$

em que σ^2 é a variância explicada pelo fator i ; p é o número de fatores escolhidos; $\sum_{i=1}^p \sigma^2 i$ é o somatório das variâncias explicadas de p e F_{ip} é o escore fatorial do m -ésimo país do fator i .

Conforme Fávero e Belfiore (2017), os resultados alcançados podem ser avaliados através dos testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e do teste de esfericidade de *Bartlett*, sendo o primeiro dado pela seguinte equação:

$$KMO = \frac{\sum_{l=1}^k \sum_{c=1}^k \rho_{lc}^2}{\sum_{l=1}^k \sum_{c=1}^k \rho_{lc}^2 + \sum_{l=1}^k \sum_{c=1}^k \phi_{lc}^2} \quad (6)$$

onde valores de KMO entre 0,6 a 0,7 são considerados razoáveis; no entanto, destaca-se que quanto mais próximo de 1, melhor será a adequação global do modelo. O teste de *Bartlett*, é dado por:

$$X_{Bartlett}^2 = \left[(n - 1) - \left(\frac{2k + 5}{6} \right) \right] \cdot \ln|D| \quad (7)$$

onde, os graus de liberdade são obtidos por $\frac{k(k-1)}{2}$, sendo n o tamanho da amostra, k o número de variáveis, e D o determinante da matriz de correlações ρ . Quando o valor do teste apresentar valor maior que o valor crítico, rejeita-se a hipótese de matriz identidade.

No próximo tópico, apresenta-se a fonte dos dados utilizados para compor o $IPEM_p$ dos países pertencentes à amostra.

3.2 Variáveis e Fonte de Dados

Os dados empregados no modelo multivariado foram obtidos da base de dados do *World Bank* e do *Fraser Institute*. Para determinar a amostra a ser utilizada, inicialmente foi realizada uma análise com 192 países. Entretanto, em virtude das limitações das bases de dados disponíveis, o número de países foi reduzido para 153, abrangendo aqueles que apresentavam informações para todas as variáveis selecionadas. Desse modo, a amostra do estudo compreende 153 países. A relação das variáveis utilizadas é apresentada no Quadro 1, bem como a relação de países analisados.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas para o cálculo do Índice de Participação Econômica da Mulher (IPEM)

Variável	Descrição da Variável	Fonte	Ano
X1	Mobilidade (Examina restrições na liberdade de movimento)	<i>World Bank</i>	2021
X2	Local de trabalho (Analisa as leis que afetam as decisões das mulheres para trabalhar)	<i>World Bank</i>	2021
X3	Remuneração (Medidas leis e regulamentos afetando o salário das mulheres)	<i>World Bank</i>	2021
X4	Casamento (Avalia restrições legais relacionadas ao casamento)	<i>World Bank</i>	2021
X5	Maternidade (Examina as leis que afetam o trabalho das mulheres depois de ter filhos)	<i>World Bank</i>	2021
X6	Empreendedorismo (Analisa as dificuldades das mulheres em iniciar e gerir negócios)	<i>World Bank</i>	2021
X7	Ativos (Considera as diferenças de gênero em bens e herança)	<i>World Bank</i>	2021
X8	Pensão (Avalia as leis que afetam o tamanho da pensão de uma mulher)	<i>World Bank</i>	2021
X9	Índice de Liberdade Econômica (do país) *	<i>Fraser Institute</i>	2021
X10	Proporção de mulheres que sofreram violência física e/ou sexual nos últimos 12 meses (% de mulheres de 15 a 49 anos que já tiveram um parceiro)	<i>World Bank</i>	2021
X11	Participação das mulheres na política	<i>World Bank</i>	2021
X12	Proporção de mulheres em relação aos homens na taxa de participação da força de trabalho (%) (estimativa modelada pela OIT)	<i>World Bank</i>	2021
X13	Força de trabalho feminina (% da força de trabalho total economicamente ativa)	<i>World Bank</i>	2021
X14	Proporção de mulheres em cargos ministeriais (%)	<i>World Bank</i>	2021
X15	Empresas com gerente de nível superior do sexo feminino (% das empresas)	<i>World Bank</i>	2021
X16	Média de anos de escolaridade (ISCED 1 ou superior), mulheres na população com 25 anos ou mais	<i>World Bank</i>	2021

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nota: *Este índice mede o grau de liberdade econômica presente em cinco grandes áreas: 1 – Tamanho do Governo; 2 – Regime Jurídico e Segurança dos Direitos de Propriedade; 3 – Dinheiro Seguro; 4 – Liberdade de comércio internacional; 5 – Regulamento.

A variável Índice de Liberdade Econômica foi utilizada como uma proxy para captar as regras e regulamentos relacionados aos direitos de propriedades, às liberdades e em relação a aspectos relacionados à aplicação da lei, bem como da imparcialidade dessa. A escolha do ano de análise se deve à disponibilidade de dados para cada uma das variáveis selecionadas. Por fim, após a apresentação da metodologia utilizada, parte-se para a apresentação, análise e discussão dos resultados encontrados.

4. Análise e Discussão do IPEM Proposto

Ao analisar a adequabilidade da amostra utilizada, verificou-se que no teste de *Kaiser-Meyer Olkin* (KMO) o valor obtido foi de 0.8045, indicando um bom nível de adequação da amostra utilizada. O teste de esfericidade de *Bartlett* demonstrou-se significativo e com estatística de 1326.959, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Sendo assim, com base nos valores obtidos por meio dos testes realizados, foi possível concluir que a amostra utilizada é adequada ao procedimento da análise fatorial e, portanto, permite dar continuidade à criação do indicador proposto.

Ao realizar a análise fatorial pelo método dos componentes principais foi possível realizar a extração de quatro fatores com raiz característica maior que um, sintetizando as informações contidas nas dezesseis variáveis analisadas, conforme Tabela 1. A contribuição dos quatro fatores que explicam a variância total dos indicadores utilizados é significativa, representando 65,88% da variância total do conjunto de dados. Para Hair et al. (2009), a utilização de uma variância acumulada de 60% é satisfatória na área das ciências sociais.

Tabela 1 - Raiz característica, percentual explicado por cada fator e variância acumulada

Fator	Raiz característica	Variância explicada pelo fator	Variância acumulada
Fator 1	5.99275	37.45%	37.45%
Fator 2	1.8058	11.29%	48.74%
Fator 3	1.48013	9.25%	57.99%
Fator 4	1.26183	7.89%	65.88%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2023.

Após a apresentação dos fatores que irão compor o indicador construído, parte-se para a rotação ortogonal desses por meio do método *varimax*. Dessa forma, na Tabela 2, apresentam-se as cargas fatoriais e as comunalidades para os fatores considerados nessa pesquisa. Em sua interpretação, foram consideradas apenas as cargas fatoriais com valores acima de 0,5 (grifados em negrito), com vistas a indicar as variáveis que se encontram mais fortemente associados a determinado fator.

Os valores encontrados para as comunalidades apontam o quanto cada um dos fatores explica de cada variável. Observa-se ainda que há uma relação positiva entre as variáveis que compõem os fatores. A comunalidade apresenta-se ao lado de cada carga fatorial. Diante disso, é possível observar que o Fator 1 está fortemente relacionado com as variáveis: Maternidade (X5); Empreendedorismo (X6); Ativos (X7); Liberdade econômica (X9); e, média de anos de escolaridade (ISCED 1 ou superior), população com 25 anos ou mais, mulheres (X16). O Fator 1 apresenta a maior variância explicada, correspondendo com 37,45% do total da variância acumulada. Em função de sua composição, o fator será identificado à capacidade de desenvolvimento de patrimônio e renda. Este fator está relacionado a patrimônio e renda.

Tabela 2 - Cargas fatoriais e comunalidade após a rotação ortogonal dos fatores

Variável	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Comunalidades
x1	0.3887	0.5016	0.1685	0.338	0.4547
x2	0.3341	0.2242	0.36	0.5781	0.3743
x3	0.4276	0.1819	0.5319	0.2352	0.4726
x4	0.4969	0.6805	0.0586	0.2577	0.2202
x5	0.6336	0.2204	0.2997	0.1113	0.4477
x6	0.7258	-0.034	0.0322	0.3411	0.3546
x7	0.5023	0.7083	0.0549	0.1387	0.2237
x8	-0.091	0.0583	0.6764	-0.1883	0.4954
x9	0.7581	0.1758	0.1638	-0.0145	0.3673
x10	-0.0337	0.052	-0.0009	0.7567	0.4236
x11	0.3033	0.1418	0.6292	0.3171	0.3914
x12	0.0518	0.8648	0.3005	-0.0633	0.1552
x13	0.0742	0.9111	0.2747	0.0276	0.0882
x14	0.1889	0.1536	0.7342	0.0825	0.3949
x15	-0.0644	0.554	-0.2525	0.4545	0.4186
x16	0.8693	0.1316	0.0098	-0.2232	0.1771

Fonte: Resultados da pesquisa, 2023.

O Fator 2 está relacionado às variáveis: Mobilidade (X1); Casamento (X4); Proporção de mulheres em relação aos homens na taxa de participação da força de trabalho (%) (estimativa modelada pela OIT) (X12); Força de trabalho feminina (% da força de trabalho total) (X13); e, Empresas com gerente de nível superior do sexo feminino (% das empresas) (X15). Esse fator está associado à participação da mulher no mercado de trabalho, e possui a segunda maior variância explicada, correspondendo a 11,29% do total da variância acumulada.

O Fator 3 está relacionado às variáveis: Remuneração (X3); Pensão (X8); Participação das mulheres no parlamento (X11); e, Proporção de mulheres em cargos ministeriais (%) (X14). Esse fator está associado à participação em cargos de liderança e remuneração salarial, correspondendo a 9,25% do total da variância acumulada.

O Fator 4 está relacionado às variáveis: Local de trabalho (X2); e, Proporção de mulheres que sofreram violência física e/ou sexual nos últimos 12 meses (% de mulheres de 15 a 49 anos que já tiveram um parceiro) (X10). Esse fator está associado à violência intrafamiliar e doméstica, e possui a quarta maior variância explicada, correspondendo a 7,89% do total da variância acumulada.

Sendo assim, as dezesseis variáveis utilizadas foram sintetizadas em quatro fatores, são eles: Fator 1, Patrimônio e Renda; Fator 2: Participação da Mulher no Mercado de Trabalho; Fator 3, Participação em Cargos de Liderança e Remuneração; e, Fator 4, Violência Intrafamiliar e Doméstica, que juntos explicam 65,88% da variância total dos indicadores analisados.

4.2 Analisando e Discutindo o IPEM

A partir da obtenção dos scores fatoriais foi possível construir o Índice de Participação Econômica da Mulher (IPEM) para a amostra de países selecionados. Esse índice apresenta variação entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior será o grau de desenvolvimento sustentável e agrícola do município que compõe a amostra. Na Tabela 3 apresentam-se os vinte países, dentre os 192 analisados, com os maiores e menores indicadores calculados. Os três países que apresentaram os maiores indicadores, com maior grau de participação da mulher na economia, foram: Austrália (0,8345); Nova Zelândia (0,8329); e, Canadá (0,8309). Enquanto os menores indicadores, com menor grau de participação da mulher na economia, foram: Sudão (0,2161); Essuatíni (0,2605); e, Guiné-Bissau (0,2684), conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Resultado do IPEM Calculado com os Maiores e Menores Indicadores

Maiores Indicadores					
Países	Patrimônio e Renda	Participação da Mulher no Mercado de Trabalho	Liderança e Alteração Salarial	Violência Intrafamiliar e Doméstica	IPEM
Austrália	0,5685	0,1202	0,0955	0,0503	0,8345
Nova Zelândia	0,5323	0,1153	0,1336	0,0517	0,8329
Canadá	0,5392	0,1188	0,1294	0,0437	0,8309
Dinamarca	0,5357	0,1225	0,1149	0,0555	0,8284
Islândia	0,5269	0,1153	0,1345	0,0508	0,8275
Alemanha	0,5309	0,1239	0,1126	0,0578	0,8251
Suécia	0,4881	0,1245	0,1404	0,0607	0,8138
Estados Unidos	0,5446	0,1176	0,1013	0,0492	0,8127
Lituânia	0,5232	0,1402	0,0745	0,0744	0,8123
Áustria	0,5008	0,1250	0,1185	0,0667	0,8111
Irlanda	0,5268	0,1274	0,0939	0,0545	0,8026
Luxemburgo	0,5201	0,1257	0,1116	0,0437	0,8011
Bulgária	0,5287	0,1334	0,0564	0,0819	0,8004
Reino Unido	0,5212	0,1214	0,1077	0,0492	0,7995
Finlândia	0,4807	0,1252	0,1326	0,0597	0,7982
Bélgica	0,4728	0,1242	0,1341	0,0644	0,7955
Países Baixos	0,4862	0,1247	0,1238	0,0601	0,7948
Romênia	0,5605	0,1212	0,0295	0,0808	0,7920
Suíça	0,5119	0,1247	0,1059	0,0482	0,7907
Letônia	0,4934	0,1410	0,0835	0,0717	0,7896
Menores Indicadores					
Países	Patrimônio e Renda	Participação da Mulher no Mercado de Trabalho	Liderança e Alteração Salarial	Violência Intrafamiliar e Doméstica	IPEM
Sudão	0,0786	0,0610	0,0733	0,0032	0,2161
Essuatíni	0,0000	0,1713	0,0817	0,0075	0,2605
Guiné-Bissau	0,0253	0,1394	0,1036	0,0000	0,2684
Níger	0,0621	0,0901	0,1279	0,0563	0,3363
República Árabe da Síria	0,2452	0,0397	0,0442	0,0257	0,3548
Chade	0,0965	0,1134	0,1137	0,0560	0,3795
Camarões	0,0915	0,1263	0,1004	0,0694	0,3876
Mauritânia	0,1881	0,0543	0,1023	0,0511	0,3958
Papua-Nova Guiné	0,1664	0,1652	0,0309	0,0349	0,3975
Kuwait	0,3044	0,0735	0,0099	0,0174	0,4052
Mali	0,1260	0,0967	0,0984	0,0860	0,4071
Afeganistão	0,2461	0,0322	0,0428	0,0864	0,4075
Gabão	0,1929	0,0930	0,1056	0,0291	0,4205
Serra Leoa	0,1226	0,1540	0,0590	0,0863	0,4219
Iraque	0,2770	0,0000	0,0741	0,0831	0,4341
Líbia	0,2685	0,0805	0,0545	0,0336	0,4372
Omã	0,3406	0,0240	0,0427	0,0358	0,4432
Senegal	0,1422	0,0786	0,1146	0,1110	0,4465
Bangladesh	0,2520	0,0773	0,0344	0,0854	0,4491
Burundi	0,1013	0,1415	0,1256	0,0816	0,4500

Fonte: Resultados da pesquisa, 2023.

Diante disso, os fatores analisados neste estudo podem ser vistos como indicadores do empoderamento econômico das mulheres. Quando as mulheres podem se movimentar livremente, casar e ter filhos sem enfrentar discriminação e participar da força de trabalho, elas podem contribuir para a economia e melhorar suas próprias vidas. Assim, conforme a Tabela 3, foi possível observar que o Fator 1, o qual foi denominado como Patrimônio e Renda pode ser interpretado como um indicador do nível de apoio à mulher na sociedade. Quando esse fator é alto, indica que as mulheres são assistidas por suas famílias, comunidades e governos. Esse apoio permite que as mulheres iniciem e administrem negócios, busquem seus próprios interesses e melhorem sua vida qualidade de vida.

O Fator 2, o qual foi denominado como Participação da Mulher no Mercado de Trabalho, pode ser interpretado como um indicador do nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Quando esse fator é alto, indica que as mulheres estão empoderadas e têm a oportunidade de atingir todo o seu potencial. Isso pode levar a um maior crescimento econômico, estabilidade e mobilidade social. Quando as mulheres podem se movimentar livremente, casar e ter filhos sem enfrentar discriminação, participar da força de trabalho e ocupar cargos de liderança, elas podem contribuir para a economia e melhorar suas próprias vidas.

O Fator 3, Liderança e Alteração Salarial, pode ser interpretado como um indicador do nível de igualdade de gênero em uma sociedade. Quando esse fator é alto, indica que as mulheres são tratadas com igualdade e têm as mesmas oportunidades que os homens. Isso pode levar a um maior crescimento econômico, estabilidade e mobilidade social para todos.

O Fator 4, Violência Intrafamiliar e Doméstica, pode ser interpretado como um indicador do nível de violência de gênero em uma sociedade. Quando esse fator é alto, indica que as mulheres correm risco de sofrer violência em seu cotidiano. Isso pode levar ao aumento de danos físicos e emocionais, bem como consequências econômicas e sociais para as mulheres. Esse fator, também pode ser usado como um indicador da qualidade de vida das mulheres. Uma sociedade com baixo Fator 4 geralmente tem maior igualdade de gênero e melhores condições de trabalho, o que pode levar a um aumento na produtividade e, conseqüentemente, a um aumento do PIB. Esses benefícios abrangem tanto as mulheres, quanto a economia como um todo.

Ressalta-se que todos esses fatores são importantes para o empoderamento das mulheres. Quando as mulheres podem se movimentar livremente, casar e ter filhos sem enfrentar discriminação, participar da força de trabalho e ocupar cargos de liderança, elas podem melhorar suas próprias vidas e as vidas de outras mulheres e meninas. Em primeiro lugar, esses fatores podem ser vistos como indicadores do empoderamento econômico das mulheres. Quando as mulheres podem se movimentar livremente, casar e ter filhos sem enfrentar discriminação e participar da força de trabalho, elas podem contribuir para a economia e melhorar suas próprias vidas (SEN, 2018).

Em segundo lugar, esses fatores podem ser vistos como indicadores do empoderamento social das mulheres. Quando as mulheres conseguem ocupar cargos de liderança em empresas e outras organizações, elas podem tomar decisões que afetam a vida de outras mulheres e meninas. Elas também podem servir como modelos para outras mulheres e meninas, inspirando-as a atingir todo o seu potencial (FLABBI et al., 2019 et al). Em terceiro lugar, esses fatores podem ser vistos como indicadores do empoderamento político das mulheres. Quando as mulheres podem participar do processo político, elas podem fazer suas vozes (opiniões) serem ouvidas e defender políticas que beneficiem mulheres e meninas. Elas também podem ser eleitas para ocupar cargos públicos e tomar decisões que afetam a vida de todos os cidadãos (SHARMA, 2020).

Por fim, ao analisar o IPEM calculado a partir da soma desses fatores, foi possível verificar que países com economias mais desenvolvidas (Oceania, América do Norte e Europa) tendem a ter maiores oportunidades e recursos disponíveis para promover a igualdade de gênero e a participação econômica das mulheres. Assim, pode-se afirmar que nessas economias é provável que existam diversos setores em expansão, oferecendo oportunidades de emprego em várias áreas para mulheres. Dessa forma, esses países costumam ter sistemas educacionais mais inclusivos, proporcionando facilidade às mulheres ao acesso a uma educação de qualidade que lhes permite desenvolver habilidades relevantes para o mercado de trabalho. Assim, políticas públicas e medidas legislativas podem ser implementadas de maneira mais eficaz em economias mais desenvolvidas, visando a promoção da igualdade de gênero e a participação das mulheres na economia. Essas medidas podem incluir licença maternidade remunerada, políticas de creche, igualdade salarial, incentivos fiscais para empresas que promovem a diversidade de gênero e programas de capacitação profissional voltados para mulheres (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OECD, 2014; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2019; INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF, 2022).

Já países com menor grau de desenvolvimento apresentam maiores barreiras e desafios, tais como a falta de infraestrutura, de recursos limitados, de sistemas educacionais precários e de normas culturais arraigadas que podem restringir a participação econômica das mulheres. Esses países enfrentam, ainda, obstáculos para implementar políticas de igualdade de gênero devido a restrições orçamentárias e à falta de conscientização sobre a importância da participação das mulheres na economia. No entanto, apesar de existir uma correlação entre o tamanho da economia, o grau de desenvolvimento e a participação econômica das mulheres, há casos de países menores e em desenvolvimento que alcançaram avanços significativos na igualdade de gênero e no empoderamento econômico das mulheres, assim como existem desafios persistentes em algumas economias maiores e mais desenvolvidas. A promoção da igualdade de gênero requer um esforço contínuo em todas as nações, independentemente do seu tamanho ou nível de desenvolvimento econômico (OECD, 2012; ONU, 2022).

Assim, países como o Sudão apresentam menor grau de participação econômica da mulher devido aos desafios extraordinários enfrentados por elas. De modo que as taxas de violência sexual e de gênero estão entre as mais altas do mundo. As oportunidades de educação e formação profissional são pequenas. As leis e normas patriarcais limitam a capacidade das mulheres de herdar terras, iniciar um negócio e liderar assuntos políticos. A maioria dos mais de 4 milhões de sul-sudaneses deslocada ou movida à força de suas casas são mulheres e meninas (WORLD BANK, 2022).

Conforme apontado por Klaa (2020), é válido destacar que as mulheres africanas compõem mais da metade da população do continente. No entanto, os dados e as estatísticas refletem um nível educacional bastante baixo entre elas, além de evidenciarem as dificuldades que elas enfrentam, especialmente durante a sua infância. Divórcio, abandono ou outras circunstâncias adversas resultam na perda da segurança econômica para as mulheres africanas, o que se manifesta na pobreza e na escassez de meios de subsistência. A autora ainda destaca que apesar da notável riqueza presente no continente africano, é preocupante constatar que 59% da população vive abaixo da linha da pobreza. Além disso, dentre os 37 países no mundo classificados como inseguros em termos de acesso à alimentação, vinte e um são africanos. Considerando que as mulheres representam metade da população do continente, é inegável que elas são afetadas por tais desafios, resultando em mais da metade das mulheres do continente vivendo em condições de pobreza.

Dentre os fatores que afetam o alto grau de participação econômica da mulher nos países elencados nas primeiras posições desse indicador estão o acesso à educação, a infraestrutura de apoio à família, a conscientização sobre igualdade de gênero, a cultura da igualdade e,

principalmente, as políticas de igualdade de gênero. Essas políticas tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura favorável à promoção dos direitos humanos das mulheres e para o avanço da igualdade de gênero quer seja no ambiente de trabalho, na saúde, na educação, na segurança, enfim em todos os setores (ONU, 2011).

Para Klasen (2019) a participação das mulheres na força de trabalho depende das condições econômicas de suas famílias, de como aqueles empregos considerados apropriados para mulheres mais instruídas estão crescendo em relação à oferta de mulheres mais instruídas, se as estratégias de crescimento estão promovendo o emprego feminino e até que ponto as mulheres são capazes de quebrar barreiras ocupacionais dentro dos setores onde as mulheres trabalham predominantemente. Esses aspectos desempenham um papel fundamental na determinação do nível de participação econômica das mulheres e demonstram a importância de políticas e medidas que promovam a igualdade de oportunidades e a valorização do trabalho feminino nos diversos setores da economia.

Assim, foi possível verificar que países desenvolvidos apresentam maior participação econômica das mulheres devido a políticas de igualdade de gênero, acesso à educação, infraestrutura de apoio à família e conscientização. Economias maiores oferecem mais oportunidades. Países africanos enfrentam desafios como baixo nível educacional, normas culturais e falta de recursos. Destaca-se que tamanho da economia e desenvolvimento não são determinantes, tendo em vista que existem países menores que também demonstram alto grau de participação da mulher. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de ações abrangentes e efetivas para enfrentar as questões complexas e multifacetadas que afetam as mulheres africanas. É preciso priorizar a melhoria da educação, o fortalecimento da segurança econômica e o combate à pobreza, visando promover a igualdade de oportunidades e o empoderamento das mulheres no continente africano. A promoção da igualdade de gênero exige esforços contínuos, políticas inclusivas e valorização dos direitos das mulheres.

4.3 Promovendo Igualdade de Gênero: desafios e estratégias para empoderamento feminino no ODS 5

Nenhum país no mundo alcançou a igualdade de gênero até o momento. Segundo o Relatório "*Global de Gap de Gênero 2021*" do Fórum Econômico Mundial (WEF), estima-se que serão necessários mais de 267 anos para alcançar a igualdade em termos de empoderamento econômico e participação das mulheres. É evidente que o empoderamento feminino e a participação das mulheres na economia contribuem para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a criação de sociedades mais estáveis e justas. O empoderamento econômico das mulheres desempenha um papel fundamental na saúde e no desenvolvimento social de famílias, comunidades e nações. Além disso, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU aborda o empoderamento das mulheres como uma meta de desenvolvimento importante e destaca a importância da igualdade de gênero para enfrentar diversos desafios globais (ONU - GLOBAL COMPACT, 2022).

Diante desse cenário, é essencial propor reformas nas leis discriminatórias e nos direitos das mulheres para promover a igualdade de gênero e impulsionar a participação econômica das mulheres, especialmente em países com baixos indicadores nesse aspecto. Para reduzir essa disparidade, é necessário analisar minuciosamente as leis existentes nesses países, identificando aquelas que discriminam as mulheres e limitam seus direitos no contexto econômico. Essa análise deve abranger temas como igualdade salarial, acesso a oportunidades de emprego e promoção profissional, propriedade de bens e herança, proteção contra discriminação e assédio no local de trabalho e violência doméstica (WEF, 2021).

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), as mulheres em todo o mundo ainda enfrentam obstáculos adicionais para obter acesso ao emprego e, quando

empregadas, enfrentam dificuldades para alcançar cargos de tomada de decisão e empregos em certos setores ou com características específicas. Dados da OIT mostram que, em 2020, a taxa média global de participação feminina no trabalho foi de 51,6%, muito abaixo da dos homens, que foi de 94,6%. Essa segregação horizontal e vertical do emprego por gênero, juntamente com a distribuição desigual do trabalho não remunerado (incluindo tarefas domésticas e cuidados com crianças), resulta em diferenças nas condições de trabalho, como disparidades salariais entre homens e mulheres e falta de representação feminina em empregos de meio período.

Uma das estratégias fundamentais para superar esses obstáculos é a adoção e o fortalecimento de políticas e legislações sólidas voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas em todas as esferas. Além disso, a ONU Mulheres (2022) recomenda o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico não remunerado, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada no âmbito familiar e doméstico, levando em consideração que as mulheres são as principais responsáveis por essas tarefas.

Um estudo realizado pela McKinsey (2022) revelou que as mulheres continuam sendo promovidas com menos frequência do que os homens. Para cada 100 homens promovidos a cargos gerenciais, apenas 86 mulheres são promovidas. Além disso, a representação das mulheres em conselhos corporativos e cargos de alto escalão é significativamente menor. Dados de 2018 demonstram que as mulheres ocupavam apenas 16,9% dos assentos nos conselhos e 4,4% dos cargos de CEO em todo o mundo (WOMEN'S EMPOWERMENT PRINCIPLES – WEP, 2020). É importante ressaltar que esse desequilíbrio é predominante tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Além disso, o assédio sexual no ambiente de trabalho persiste como um problema que afeta as mulheres em todas as ocupações e setores econômicos. Mulheres negras continuam enfrentando preconceito e discriminação significativos no trabalho, em taxas ainda mais elevadas do que mulheres brancas (ONU - GLOBAL COMPACT, 2022).

Outras estratégias para reduzir a desigualdade de gênero no trabalho estão delineadas no ODS 5. Destaca-se o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a participação plena e efetiva das mulheres, bem como o acesso igualitário a oportunidades de liderança em todos os níveis de tomada de decisão, seja na esfera política, econômica ou pública. Além disso, é fundamental facilitar o acesso e aprimorar o uso de tecnologias da informação e comunicação para promover o empoderamento das mulheres por meio da educação, além de trabalhar para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas, tanto no âmbito público quanto privado, incluindo tráfico e exploração sexual, entre outras formas (ONU – WOMEN, 2022).

No que diz respeito às maiores dificuldades de acesso a empréstimos e financiamentos, o ODS 5 estabelece a necessidade de promover reformas para garantir às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, incluindo acesso à propriedade, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais (ONU, 2022).

Portanto, a igualdade de gênero desempenha um papel crucial no impulsionamento do crescimento econômico e na promoção do desenvolvimento sustentável. Ela é amplamente reconhecida como um objetivo central na Agenda de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e como uma meta fundamental na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em particular, o Objetivo 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é dedicado especificamente à conquista da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas. No entanto, é importante destacar que a igualdade de gênero também está intrinsecamente integrada aos outros dezesseis objetivos.

Assim, a busca pela igualdade de gênero vai além de uma mera aspiração, pois possui um impacto significativo em diversos setores e dimensões da sociedade. Ao eliminar as barreiras e promover a participação igualitária das mulheres em todas as esferas da vida, seja política, econômica ou social, cria-se condições propícias para um crescimento econômico, sustentável e equitativo. Mulheres empoderadas são agentes-chave na construção de sociedades mais justas, inclusivas e prósperas.

5. Conclusão

O objetivo dessa pesquisa foi o de analisar a participação econômica das mulheres em diferentes países por meio de um indicador construído para o estudo, discutindo e propondo alternativas para se chegar à equidade de gênero. A construção do índice envolveu a metodologia de análise fatorial e de componentes principais, construindo-se um indicador denominado como Índice de Participação Econômica da Mulher (IPEM), que possibilitou a comparação entre países, criando um ranking dos países com maiores e menores indicadores de participação econômica da mulher.

Os resultados do indicador demonstraram que os três países que apresentaram os maiores indicadores foram: Austrália (0,8345); Nova Zelândia (0,8329); e, Canadá (0,8309). Enquanto os menores indicadores foram Sudão (0,2161); Essuatíni (0,2605); e, Guiné-Bissau (0,2684). O que demonstra que países desenvolvidos que possuem políticas mais rígidas que visam a adoção da equidade de gênero apresentam maior participação feminina na economia, enquanto países menos desenvolvidos apresentam maiores barreiras e desafios, tais como: a falta de infraestrutura, recursos limitados, sistemas educacionais precários e normas culturais arraigadas que podem restringir a participação econômica das mulheres.

Diante dos desafios persistentes da desigualdade de gênero, é crucial adotar medidas para promover a igualdade e superar as barreiras existentes. Uma solução fundamental é a reforma das leis discriminatórias e a proteção dos direitos das mulheres no contexto econômico. É essencial identificar e revisar cuidadosamente as leis existentes que limitam o empoderamento e a participação das mulheres, abrangendo áreas como igualdade salarial, acesso a oportunidades de emprego, propriedade de bens e proteção contra discriminação e assédio no local de trabalho.

Além disso, políticas e legislações sólidas devem ser fortalecidas para garantir a participação plena das mulheres e o acesso igualitário a oportunidades de liderança. Ações afirmativas, como cotas de gênero e programas de conscientização contra o assédio, são necessárias para aumentar a representação feminina em cargos de liderança. Educação, capacitação e apoio ao empreendedorismo feminino são soluções eficazes para impulsionar o empoderamento econômico das mulheres. A igualdade de gênero requer abordagens abrangentes, incluindo a eliminação da segregação ocupacional e a promoção do equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. A cooperação entre governos, setor privado e organizações internacionais é fundamental para promover a igualdade de gênero e construir uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera.

Por fim, diante da complexidade e da amplitude do tema do presente trabalho, tendo em vista que há um caminho longo para se percorrer até ser alcançada a igualdade de gêneros, além da dificuldade na obtenção de dados disponíveis para os países, pois apesar de existir uma gama de variáveis que poderiam ser utilizadas para captar a participação econômica da mulher, muitos países, principalmente países subdesenvolvidos, não apresentam dados, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas que visem aprofundar o tema empoderamento da mulher e participação econômica da mulher, principalmente em países em que há obstáculos culturais, legais e sociais.

Referências Bibliográficas

ALY, Y. The gender wage gap: Causes, consequences, and remedies. 2017.

BENERÍA, L.; BERIK, G.; FLORO, M. Gender, development and globalization: economics as if all people mattered. Routledge, 2015.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BLAU, F. D.; KAHN, L. M. The gender wage gap: Extent, trends, and explanations. *Journal of economic literature*, v. 55, n. 3, p. 789-865, 2017.

BUSHRA, A.; WAJIHA, N. Assessing the socio-economic determinants of women empowerment in Pakistan. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 177, p. 3-8, 2015.

BUVINIĆ, Mayra; GUPTA, Geeta Rao. Famílias chefiadas por mulheres e famílias mantidas por mulheres: vale a pena focar na redução da pobreza nos países em desenvolvimento? **Desenvolvimento econômico e mudança cultural**, v. 45, n. 2, pág. 259-280, 1997.

CORRÊA, V. S. et al. Female entrepreneurship in emerging and developing countries: a systematic literature review. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 14, n. 3, p. 300-322, 2022.

DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. B. (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.

DUFLO, Esther. Women empowerment and economic development. **Journal of Economic literature**, v. 50, n. 4, p. 1051-1079, 2012.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FLABBI, L. et al. Do female executives make a difference? The impact of female leadership on gender gaps and firm performance. **The Economic Journal**, v. 129, n. 622, p. 2390-2423, 2019.

FRASER INSTITUTE. **Economic Freedom**, 2022. Disponível em < <https://www.fraserinstitute.org/economic-freedom/map?geozone=world&page=map&year=2020> > acesso em 17 de mar. de 2023.

HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INTERNACIONAL LABOR ORGANIZATION. Statistics on Women, 2020. Disponível em < <https://ilostat.ilo.org/topics/women/> > Acesso em: 05 maio 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. Tackling Legal Impediments to Women's Economic Empowerment, 2022. Disponível em < <file:///C:/Users/ferna/Downloads/wpica2022037-print-pdf.pdf> > Acesso em: 12 abr. 2023.

KABEER, N. Gender Equality, Inclusive Growth, and Labour Markets. In: **Women's Economic Empowerment**. Routledge, 2021. P. 13-48.

KABEER, N. Women's economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development. Discussion Paper No. 29. Centre for Development Policy & Research, School of Oriental & African Studies, University of London, 2012.

KLAA, C. Role of African women in development and economic life: Reality and challenges. **International Journal of Inspiration & Resilience Economy**, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2020.

KLASEN, S. What Explains Uneven Female Labor Force Participation Levels and Trends in Developing Countries?, 2019. Disponível em < <https://academic.oup.com/wbro/article-abstract/34/2/161/5549890?login=false> > Acesso em: 12 abr. 2023.

KLASEN, S.; LAMANNA, F. The impact of gender inequality in education and employment on economic growth: new evidence for a panel of countries. **Feminist economics**, v. 15, n. 3, p. 91-132, 2009.

LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. **Análise de Dados Multivariados**. 1º. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MALHOTRA, A. et al. Women's empowerment as a variable in international development. **Measuring empowerment: Cross-disciplinary perspectives**, v. 1, n. 1, p. 71-88, 2005.

MCKINSEY & COMPANY. Women in the Workplace. Disponível em < <https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversity-and-inclusion/women-in-the-workplace> > Acesso em: 05 maio 2023.

MELBY, K.; CARLSSON WETTERBERG, C. (Ed.). **Gender equality and welfare politics in Scandinavia: The limits of political ambition?** Policy Press, 2009.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

NYATARA, K.; CHIWESHE, M. K.; MAHIYA, I. Rural women as entrepreneurs in the context of patriarchy: experiences of female entrepreneurs in Mudzi District, Zimbabwe. **Africanus: Journal of Development Studies**, v. 49, n. 2, p. 17 pages-17 pages, 2019.

ONU. GLOBAL COMPACT. Gender Equality, 2022. Disponível em < <https://bhr-navigator.unglobalcompact.org/issues/gender-equality/> > Acesso em: 05 maio 2023.

OOSTENDORP, R. H. Globalization and the gender wage gap. **The World Bank Economic Review**, v. 23, n. 1, p. 141-161, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Gender Equality Policy, 2011. Disponível em < https://www2.ohchr.org/english/issues/women/docs/genderequalitypolicy_september2011.pdf > Acesso em 05 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Gender Equality, 2022. Disponível em < <https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/> > Acesso em: 05 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Policies, initiatives and tools to promote women’s economic empowerment in the world of work in Japan, 2019. Disponível em < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---multi/documents/briefingnote/wcms_724865.pdf > Acesso em: 12 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OECD. Enhancing Women Economic Empowerment Through Entrepreneurship and Business Leadership in OECD Countries. Paris, 2014. Disponível em < https://www.oecd.org/gender/Enhancing%20Women%20Economic%20Empowerment_Fin_1_Oct_2014.pdf > Acesso em: 12 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OECD. Gender Equality in Education, Employment and Entrepreneurship: Final Report To The Mcm, 2012. Disponível em < <https://www.oecd.org/employment/50423364.pdf> > Acesso em: 12 abr. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Sustainable Development Goals**, 2023. Disponível em < <https://www.undp.org/sustainable-development-goals> > acesso em 17 de mar. de 2023.

SHARMA, E. Women and politics: A case study of political empowerment of Indian women. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 40, n. 7/8, p. 607-626, 2020.

SEGUINO, S.; WERE, M. Gender, development and economic growth in Sub-Saharan Africa. **Journal of African Economies**, v. 23, n. suppl_1, p. i18-i61, 2014.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras, 2018.

SEN, G. Gender Equality and Women's Empowerment: Feminist Mobilization for the SDG s. **Global Policy**, v. 10, p. 28-38, 2019.

SLAVCHEVSKA, V.; KAARIA, S.; TAIVALMAA, S. L. Feminization of agriculture in the context of rural transformations. 2016. Disponível em < <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/b8277c90-518e-5941-8e84-50881c11a426> >. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

SOHAIL, M. Women empowerment and economic development-an exploratory study in Pakistan. **Journal of Business Studies Quarterly**, v. 5, n. 4, p. 210, 2014.

SWEDISH GENDER EQUALITY AGENCY. Gender Equality in Sweden. Disponível em <<https://swedishgenderequalityagency.se/gender-equality-in-sweden/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

THE WORLD BANK. **Women, Business and the Law 2021**. Disponível em < https://wbl.worldbank.org/content/dam/sites/wbl/documents/2021/02/WBL2021_ENG_v2.pdf > acesso em 17 de mar. de 2023.

THE WORLD BANK. **Women, Business and the Law 2023**. Disponível em < <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/105265e8-311a-4b39-a71b-e455a86dd0ba/content> > acesso em 17 de mar. de 2023.

UN WOMEN. Transforming our world: A global agenda for women's rights, 2022. Disponível em < <https://www.unwomen.org/en/node/36060> > Acesso em: 05 maio 2023.

UNICEF. COAR Guinea-Bissau: Children and Women in Guinea-Bissau. Bissau: UNICEF, 2019. Disponível em < <https://www.unicef.org/media/90911/file/Guinea-Bissau-2019-COAR.pdf>. > Acesso em: 12 abr. 2023.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Gender Equality Policy, 2011. Disponível em < https://www2.ohchr.org/english/issues/women/docs/genderequalitypolicy_september2011.pdf > Acesso em: 12 abr. 2023.

VARGHESE, T. et al. Women empowerment in Oman: A study based on Women Empowerment Index. **Far East Journal of Psychology and Business**, v. 2, n. 2, p. 37-53, 2011.

WOMEN'S EMPOWERMENT PRINCIPLES - WEPS. Building Inclusive Boards to Achieve Gender Equality. Disponível em < <https://www.weps.org/resource/building-inclusive-boards-achieve-gender-equality> > Acesso em: 05 maio 2023.

WORLD BANK. Empowering South Sudan's women and girls is key to fostering peace, 2022. Disponível em < <https://blogs.worldbank.org/nasikiliza/empowering-south-sudans-women-and-girls-key-fostering-peace> > Acesso em: 12 abr. 2023.

WORLD BANK. Sudan's women and youth are severely economically deprived: A study on Sudanese market trends, 2021. Disponível em < <https://blogs.worldbank.org/african/sudans-women-and-youth-are-severely-economically-deprived-study-sudanese-market-trends> > Acesso em: 12 abr. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. Global de Gap de Gênero 2021. Disponível em < https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf > Acesso em: 05 maio 2023.